



EDUCAÇÃO COM ROSTO DE MULHER: AS PRÁTICAS FEMINISTAS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

EDUCATION WITH A WOMAN'S FACE: THE FEMINIST AND ENVIRONMENTAL EDUCATION PRACTICES OF THE WORLD MARCH OF WOMEN

EDUCACIÓN CON ROSTRO DE MUJER: LAS PRÁCTICAS FEMINISTAS Y DE EDUCACIÓN AMBIENTAL DE LA MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES

Jheiny Carolina Amarante de Souza

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Geografia, Santa Maria, Brasil. jheiny.amarante@acad.ufsm.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5174-207X>

Nátalia Lampert Batista

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-graduação em Geografia, Santa Maria, Brasil. natalia.batista@ufsm.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1884-2340>

RESUMO

A educação tem um papel transformador na vida das pessoas e, neste trabalho, destaca-se sua importância na vida das mulheres e nos desafios que enfrentam em seus territórios. Diante da exploração desenfreada da natureza, torna-se urgente refletir sobre nossa relação com o meio ambiente por meio de uma Educação Ambiental que incorpore os saberes das mulheres. Nesse contexto, propõe-se uma Educação Ambiental Feminista, fundamentada nas vivências femininas e nos saberes tradicionais, como forma de resistência e transformação social. O trabalho analisa as práticas da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) com o objetivo de compreender como a organização constrói ações de Educação Ambiental e feminismo. Especificamente, busca-se identificar as ações da MMM nesse campo, analisar os fatores que impulsionam tais práticas e inventariar as iniciativas em diferentes escalas territoriais: internacional, latino-americana e brasileira. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou Análise Textual Discursiva, entrevistas semiestruturadas e observação no 3º Encontro Nacional da MMM (2024). Os dados mostram que a MMM desenvolve uma Educação Ambiental Feminista integrada aos saberes dos povos tradicionais e das mulheres em seus territórios, promovendo práticas como hortas solidárias, mobilizações comunitárias e formações políticas. Essas ações abordam a ecod dependência, enfrentam opressões patriarcais, racistas, coloniais e capitalistas, e propõem novas formas de relação com a natureza. Conclui-se que a MMM está construindo uma Educação Ambiental Feminista comprometida com a autonomia das mulheres e com a transformação das relações entre corpos, territórios e natureza, rumo à construção de um mundo mais justo.

Palavras-chave: : Educação Ambiental Feminista; Marcha Mundial das Mulheres; Educação; Feminismo; Educação Ambiental.

ABSTRACT

Education plays a transformative role in people's lives, and this work focuses on its importance in the lives of women and the challenges they face in their territories. In light of the rampant exploitation of nature, it becomes urgent to reflect on our relationship with the environment through Environmental Education that incorporates women's knowledge. In this context, the proposal of a Feminist Environmental Education, based on women's experiences and traditional knowledge, emerges as a form of resistance and social transformation. This study analyzes the practices of the World March of Women (WMW), aiming to understand how the organization constructs actions in Environmental Education and feminism. Specifically, it seeks to identify the WMW's actions in this field, analyze the driving factors behind such practices, and inventory their initiatives at international, Latin American, and Brazilian levels. The research adopts a qualitative approach, using Discourse Textual Analysis, semi-structured interviews, and participant observation during the 3rd National Meeting of the WMW (2024). The data reveal that the WMW develops a Feminist Environmental Education grounded in the knowledge of traditional peoples and women in their territories, promoting practices such as solidarity gardens, community mobilizations, and political training. These actions address eco-dependence, resist patriarchal, racist, colonial, and capitalist oppression, and propose new ways of relating to nature. The study concludes that the WMW is building a Feminist Environmental Education committed to women's autonomy and to transforming the relationships between bodies, territories, and nature, toward the construction of a more just world.

Keywords: Feminist Environmental Education; World March of Women; Education; Feminism; Environmental Education.

RESUMEN

La educación tiene un papel transformador en la vida de las personas, y este trabajo destaca su importancia en la vida de las mujeres y en los desafíos que enfrentan en sus territorios. Ante la explotación desenfrenada de la naturaleza, es urgente reflexionar sobre nuestra relación con el medio ambiente a través de una Educación Ambiental que incorpore los saberes de las mujeres. En este contexto, se propone una Educación Ambiental Feminista, basada en las experiencias femeninas y los conocimientos tradicionales, como forma de resistencia y transformación social. Este estudio analiza las prácticas de la Marcha Mundial de las Mujeres (MMM), con el objetivo de comprender cómo la organización construye acciones en educación ambiental y feminismo. Específicamente, busca identificar las acciones de la MMM en este campo, analizar los factores que impulsan dichas prácticas e inventariar sus iniciativas a nivel internacional, latinoamericano y brasileño. La investigación adopta un enfoque cualitativo, utilizando el Análisis Textual Discursivo, entrevistas semiestructuradas y observación participante durante el 3º Encuentro Nacional de la MMM (2024). Los datos muestran que la MMM desarrolla una Educación Ambiental Feminista basada en los saberes de los pueblos tradicionales y de las mujeres en sus territorios, promoviendo prácticas como huertas solidarias, movilizaciones comunitarias y formaciones políticas. Estas acciones abordan la ecoddependencia, resisten las opresiones patriarcales, racistas, coloniales y capitalistas, y proponen nuevas formas de relacionarse con la naturaleza. El estudio concluye que la MMM está construyendo una Educación Ambiental Feminista comprometida con la autonomía de las mujeres y con la transformación de las relaciones entre cuerpos, territorios y naturaleza, hacia la construcción de un mundo más justo.

Palabras clave: Educación Ambiental Feminista; Marcha Mundial de las Mujeres; Educación; Feminismo; Educación Ambiental.

1 – Introdução

É conhecida a potência transformadora das práticas pautadas pela educação libertadora freiriana, tanto na individualidade dos indivíduos, como na sociedade. Quando aplicado à vida cotidiana das mulheres, estas práticas contribuem para o fortalecimento da autonomia e empoderamento das mulheres, colocando-as como protagonistas das suas vidas. A educação libertadora também está conectada com as lutas ambientais, por serem práticas que trazem a reflexão sobre nossa forma de interagir com os outros seres e a natureza.

Quando aplicamos esta reflexão a vida cotidiana nos territórios, onde é recorrente as mulheres assumirem papéis centrais, a Educação Ambiental (EA) pautada pela perspectiva libertadora e feminista assume um outro caráter. Mostra-se possível construir outras relações, entendendo que mudar o mundo pela educação libertadora e ambiental, é mudar a vida das mulheres em diversas esferas, ou seja, necessita-se refletir sobre uma educação ambiental que seja feminista. Sendo assim, relaciona-se a educação e a autonomia das mulheres, abordando práticas de educação feminista e ambiental para além de espaços acadêmicos formais. Trazendo a reflexão sobre a vida das mulheres de outros países e do Brasil sobre essas práticas e as transformações geradas a partir destas. Conforme Gil (2021, p.38), a Pedagogia Feminista é uma pedagogia de liberdade, congruente com a educação popular, reconstruindo subjetividades apagadas. Em um movimento contrário ao sistema educacional formal e patriarcal, constrói-se uma visão de educação pautada no feminismo, na valorização dos saberes das mulheres, na valorização e preservação da natureza e no pertencimento aos territórios.

Na prática diária de construções coletivas promotora da autonomia das mulheres nos territórios e construções alternativas de preservação socioambientais, apresentam-se as ações da Marcha Mundial das Mulheres (movimento social popular, feminista e internacional) como uma alternativa às práticas coloniais na educação e na organização nos territórios. Entendendo que refletir acerca do que nos integra “[...] é fundamental para que possamos nos libertar das amarras históricas que ainda nos constituem” (Gil, 2021, p. 25), este movimento feminista transnacional atua fortemente na identificação e superação coletiva destas amarras.

Dentro das abordagens mencionadas fica evidente que há a necessidade de um diálogo profundo entre os saberes ambientais e de todas as ciências, por se tratar de uma relação indispensável para a compreensão das consequências das ações humanas na natureza. Dentro deste debate, a inter-relação sociedade-natureza constitui-se como central na discussão geográfica (Batista, 2015). Entende-se como indispensável a construção de uma visão integrada, associando as temáticas ambientais e as relações sociais. Trazendo para a perspectiva da realidade estudada, a vida das mulheres, e levando em consideração suas territorialidades, relaciona-se com Savian (2023, p. 15), que expõe haver “[...] a indispensabilidade de se refletir geograficamente sobre espaço urbano por uma perspectiva de gênero”, refletindo sobre a importância de as mulheres estarem dentro do debate sobre e nos territórios (Savian; Batista; Costa, 2024).

Ao entender a dominação do norte sob o sul global, percebe-se que há a mesma relação nas pesquisas pautadas a partir de uma visão feminista. Há uma hegemonia masculina de pesquisas sobre o espaço urbano (e o rural). Silva (2003, p. 35) já apontava a predominância norte-americana no debate acerca das relações de gênero e espaço. De acordo com o exposto até então, este trabalho justifica-se pela necessidade de refletir o contexto da vida das mulheres e da natureza através da educação ambiental e do feminismo, à luz do debate que cerceia as construções de gênero e espaço. Acrescentando no leque de trabalhos sul-americanos pautando uma geografia feminista, entendendo que esta, questiona as bases epistemológicas, propondo novos conceitos e métodos na análise geográfica (Silva, Ornatt e Chimin Junior, 2017).

A partir destas reflexões, o presente trabalho se orienta com a seguinte questão: qual a relação entre feminismo, educação não-formal e educação ambiental a partir das práticas feministas da Marcha Mundial das Mulheres? Está problemática se apresenta a partir das vivências com as ações feministas, de educação não-formal e de educação ambiental da MMM, direcionando um olhar atento do trabalho para a valorização dessas práticas que são ferramentas de transformação social a partir da perspectiva feminista interseccional. Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho propõe compreender como a Marcha Mundial das Mulheres constrói a Educação Ambiental e o feminismo.

2 – Metodologia

Quanto à natureza metodológica deste trabalho, entendendo que o *locus* da pesquisa são as ações feministas e de EA da MMM, optou-se por uma abordagem qualitativa, utilizando a Análise Textual Discursiva (ATD) como o método central de investigação. O estudo se dará a

partir de uma revisão bibliográfica com materiais como livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos, como também com sites oficiais congruentes à temática abordada neste trabalho e o próprio da MMM.

As entrevistas foram feitas em momentos distintos e chave tanto para a MMM, quanto sobre as práticas feministas que serão abordadas posteriormente. Os dados construídos são uma construção conjunta e de forma articulada, tanto das entrevistas realizadas, como das vivências, para além da revisão bibliográfica. Dentro deste contexto, chegou-se à metodologia de entrevista semi-estruturada intencional, conforme a escolha da autora, visando dar voz às entrevistadas para além do esperado, acolhendo elementos que elas julgarem adequados serem expostos na entrevista para além das perguntas orientadoras.

Congruente a isso, com a abordagem qualitativa, assume-se o carácter de percepção sobre as pessoas entrevistadas, entendendo suas particularidades e atribuindo suas análises sobre a temática do trabalho. Entende-se, de acordo com Flick (2009, p. 37), que esta abordagem possui relevante importância para as pesquisas contemporâneas e que por ser dinâmica, possui uma variedade de abordagens. Sendo assim, para a análise destas entrevistas, utiliza-se a abordagem metodológica de ATD. Segundo Moraes e Galiuzzi (2016, p. 134) as “pesquisas qualitativas, seguidamente, trabalham com informações apresentadas em forma de textos. Origina-se daí a denominação de análise textual, em que o sentido do texto se aproxima de discurso”.

Quanto à caracterização da ATD, assume-se que pode ser entendida como

[...] processos de desconstrução, seguido de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se a partir disso novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados. Envolve identificar e isolar enunciados dos materiais submetidos à análise, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção o sistema de categorias construído (Roque e Galiuzzi, 2016, p. 134).

Sendo assim, entende-se que o uso combinados destas metodologias seja o mais adequado para explorar as entrevistas com as mulheres participantes da MMM e dos demais dados produzidos. Analisar sobre a perspectiva da ATD é mais do que destacar elementos e aspectos importantes, mas interpretar a partir da integração das manifestações das entrevistadas e estabelecer relações nos discursos, pois “quando, assim entendidas, as unidades estão necessariamente conectadas ao todo” (Moraes e Galiuzzi, 2016, p. 137).

Considera-se que, antes de adentrar nas práticas e objetivos do trabalho, é primordial entender a atuação da MMM, sendo assim, há a participação no 3º Encontro Nacional do movimento,

visando coletar dados importantes. A partir do método adotado e por meio das entrevistas, será possível construir o Inventário de Práticas utilizando o sistema de categorias (Moraes e Galiuzzi, 2016) e que mesmo havendo características específicas elas se integram ao todo da pesquisa. Destaca-se que as três mulheres entrevistadas serão referenciadas ao longo do trabalho como Mulher 1, Mulher 2 e Mulher 3; utilizando a abreviação para: M1, M2 e M3, a fim de garantir a anonimidade de ambas.

As três entrevistadas são mulheres que são referência e lideranças do MMM a nível global, com contribuições e atuações significativas para o movimento, tanto no período atual como no passado. A escolha das entrevistas se deu devido ao envolvimento delas com suas regiões e territórios, sendo significativamente recomendada por outras mulheres do movimento. Optou-se por não fornecer informações adicionais sobre cada mulher, pois suas características são muito próprias e poderiam facilmente levar a identificação, comprometendo a anonimidade das participantes e o sentido da pesquisa.

É possível observar que haverá espaços de observação de forma individual (como a participação do 3º EN) e momentos de interação direta com as integrantes da MMM, em entrevista. Como também, observação de espaços coletivos e de auto-organização da MMM. Entende-se que ambos os espaços e modos de interação são importantes momentos de construção de dados, a partir da metodologia adotada. Destaca-se sobre a importância de documentar as ações de movimentos sociais que influenciam diretamente na vida das pessoas, do micro ao macro, que vai além do assegurado pelo Estado e de forma mais profunda na vida cotidiana das mulheres. Para ilustrar as categorias identificadas e não hierarquizadas por meio da ATD nos discursos das M1, M2 e M3, organizou-se a representação do “Farol Feminista”. As categorias utilizadas como base para sustentar a ideia principal da “Luz do Farol”, aborda o sentido de mostrar como elas se articulam e direcionam caminhos para o entendimento do mundo com o olhar da “Educação Ambiental Feminista” e para a construção de outras práticas possíveis nos territórios de atuação da MMM.

3 – “Um Movimento Transformador” - Fundamentação Teórica

Nesta seção, visando a melhor compreensão da temática a ser abordada no decorrer do trabalho, serão abordados recortes dos principais conceitos e teorias que fundamentam a educação ambiental, o feminismo, a MMM, e a educação ambiental e não-formal e popular. Se faz importante a fundamentação dos conceitos a serem abordados, como forma de orientação e

entendimento da pesquisa. Situa-se que esta seção também é constituída com as análises das entrevistas, que trazem a visão da MMM sobre esses conceitos e como o movimento os aborda. Destaca-se que os títulos das seções e subseções do trabalho são baseados em recortes das falas das mulheres entrevistadas.

3.1 – “Porque somos natureza”: A Educação Ambiental

[...] Então somos interdependentes, dependemos uns dos outros desde a infância até a morte, até a doença, em todos os períodos da nossa vida dependemos uns dos outros, e somos ecodependentes porque somos natureza, não podemos existir sem natureza. Se destruímos a natureza, destruímos a vida, e também defendemos a vida no planeta, toda a vida no planeta (M1, 2024).

Mudar as formas de relação entre os seres que vivem em grandes sociedades, também perpassa por uma nova forma de relação desses seres com a natureza. Acentua-se as relações de dominação dos homens sobre as mulheres, na mesma medida que se acentua as formas de dominação dos seres sobre o meio (Jungues, 2010, p. 34). Esta relação perpetuada gera os eventos climáticos catastróficos e desigualdades sociais acentuadas que presenciamos atualmente.

Conforme as entrevistas com a M1, M2 e M3, observa-se que para a MMM não há a denominação de EA a partir da separação do debate sobre a natureza das demais construções do movimento, é algo intrínseco nas práticas feministas tanto nas ações internacionais quanto no Brasil. Portanto, para o movimento, entende-se que somos natureza. Sendo assim, também está atrelando, justamente, as noções de dominação, citadas e relacionando Jungues. Percebe-se a necessidade de trazer à luz o olhar de que realmente estamos interligadas, não estamos deslocadas da natureza, e referenciando a M3, de que “somos de fato ecodependentes, porque somos natureza”.

As mudanças climáticas, advindas do capitalismo, podem ser lidas como consequência da individualização dos seres, oriundo da ideia de dominação dos seres sob o meio. Portanto, quando a dominação do meio se dá de forma descontrolada, entendendo a natureza como um recurso finito, gera colapsos ambientais, justamente por haver a dissociação das causas e consequências. Neste modo de relação, se domina o meio com um só objetivo, visando o capital. Há ainda outras relações com o meio, como uma proposta metodológica da Educação Ambiental.

Dentro do grande espectro assumido pela MMM, o que se entende como a EA, é abordado de forma transversal em diferentes frentes de atuação dos marchantes¹, em exemplo como a

[...] linha de trabalho contra o extrativismo e uma linha de propostas dentro da economia feminista e que se expressa territorialmente. A marcha mundial das mulheres, nos seus territórios, tem companheiras que colocam mais ênfase numa questão ou outra, algumas de nós colocam mais ênfase no desenvolvimento de alternativas econômicas, outras colocam mais ênfase no desenvolvimento da resistência contra o extrativismo e a mineração, outras colocam mais ênfase na resistência e na apresentação de propostas contra a violência sexista. Nas Américas, por exemplo, na região do Peru, no norte do Peru, temos um grupo que se dedica a resistir aos garimpeiros canadenses que têm ideias nefastas... (M2, 2024, tradução nossa).

Ao se referir às ações da MMM, a M3 expressa que “tudo que a gente faz pensando em outras formas com a natureza é educação ambiental”. Com isso, quando se reflete sobre a construção de novas relações com a natureza, consequentemente se pensa em um movimento de resistência aos modos já em curso. Sendo assim, o desafio é assumir a visão feminista, já apontada pela MMM, de construir novas relações a partir dos ensinamentos dos povos originários. Com isso relaciona-se dois recortes das entrevistas:

[...] essas ações que propomos e executamos são ambientais, de resistência contra a guerra, fazendo com que as propostas sejam produtos de reflexões e processos formativos, processos formativos que estão diariamente nas nossas organizações locais e que se renovam constantemente nas nossas reuniões via zoom através da atualização constante de o contexto que envolve as nossas organizações, os nossos planos e os nossos projetos e a sua socialização (M2, 2024, tradução nossa).

[...] Mas somos bastante influenciadas pelas formas que as comunidades tradicionais pensam sobre a natureza. Nós trabalhamos no sul de São Paulo, em uma região de mata atlântica, o maior contínuo de mata atlântica que existe, e tem várias comunidades tradicionais existentes: quilombolas, indígenas, caiçaras. Mas também tem uma política de conservação da natureza, de manter essa mata como uma Unidade de Conservação e tem uma oposição na forma de pensar a relação com a natureza. A gente acha que essas florestas têm vida, as comunidades vivem lá, plantando, cuidando... E aí tem uma oposição a ideia de que temos que manter aquele fragmento intocado, mas no lado estão destruindo com mineração e barragem e tal... A nossa ideia é pelas quilombolas! (M3, 2024).

Percebe-se a necessidade de conectar as construções por uma nova forma de relação com a natureza, pautando os saberes das mulheres dos povos tradicionais. Quanto a citação acima, situa-se que, M3 ao citar “a gente acha que essas florestas têm vida”, está se referindo a ideia que a MMM concebe sobre estas florestas; e quando pontua que “a nossa ideia é pelas

¹ Destaca-se que o termo “marchante” se atribui a toda mulher que se identifica com o movimento e participa ativamente das atividades da MMM. Sendo assim, quando citado marchantes, refere-se às mulheres ativas nos processos de construção do movimento em questão.

quilombolas” está sendo referindo a ideia do que é EA e que se faz a partir da visão das quilombolas da região citada. A partir dessas concepções das relações dos seres humanos com a natureza, entende-se que as relações ambientais no meio urbano são extremamente importantes dado a possibilidade de impacto na vida das pessoas, entendendo então

A complexidade do ambiental urbano e o profundo confronto entre atores sociais nos permite apontar que quase tudo ainda está por ser realizado e novos paradigmas devem ser desenvolvidos em termos de Educação Ambiental (Ruscheinsky; Bortolozzi, 2014, p. 48).

Sendo assim, ainda há o que se desenvolver no processo de consciência dos seres humanos com a natureza. Faz-se necessário pensar propostas que tenham dimensões globais, por meio da superação da visão globalizada que “reduz ao econômico e ao técnico, introduzindo uma compreensão ambiental e social do global” (Jungues, 2010, p. 9). Neste ponto, relaciona-se com a famosa reflexão de Paulo Freire (2000, p. 67) que a educação sozinha não transforma a sociedade, e está sem a educação tampouco transforma-se, atribuindo então o pensamento de coletividade na reflexão das relações dos seres humanos com a natureza, como também se relaciona ao olhar feminista da MMM. Aqui, tais práticas são traduzidas na Educação Ambiental (EA).

De acordo com o professor Humberto Calloni no Dicionário Paulo Freire (2010, n.p.), a Ecologia deve adotar uma visão holística do mundo, entendendo que a não há a divisão entre seres humanos e natureza. Há uma visão integral do mundo sem dividir e dissociar em partes. Este recorte do Dicionário do Paulo Freire afirmar os recortes das entrevistas apresentadas. Paulo Freire sempre critica de forma aberta as relações danosas do capital com as vidas, seja humana, de animais, dos rios, das árvores, do todo. Sendo assim, há a necessidade de haver uma práxis ecológica humana, em que traduzimos a EA como ferramenta neste processo.

O modelo de produção em que estamos inseridas, age de forma lógica e visando o lucro, destoando totalmente do apontado anteriormente quanto a necessidade de uma visão holística com a natureza. Resistir a mercantilização da natureza, que nada mais é que uma face dessa dominação, é uma forma de honrar o nosso Planeta, os seres humanos e toda a biodiversidade existente nele. Neste sentido, encontra-se o sentido de EA a partir da perspectiva feminista.

Neste trabalho não se assume uma visão romântica sobre a Educação Ambiental e as demais movimentações necessárias enquanto sociedade; devido às necessidades urgentes de mudança na forma de relação com a natureza e entres os gêneros. Mas, entende-se que há alternativas

possíveis a serem trabalhadas coletivamente e que as ações propostas teoricamente e realizadas pela MMM são um horizonte possível a partir do que será abordado no desenvolver deste trabalho.

3.2 – “Ambientalismo sem uma perspectiva feminista popular é jardinagem”: a Justiça Ambiental e o Feminismo

[...] Então somos interdependentes, dependemos uns dos outros desde a infância até a morte, até a doença, em todos os períodos da nossa vida dependemos uns dos outros, e somos ecodependentes porque somos natureza, não podemos existir sem natureza. (M1, 2024).

Entender a necessidade da construção de uma EA por uma ótica Feminista requer compreender como o sistema capitalista usurpa a natureza, os corpos e os territórios. Neste sentido, apresenta a Justiça Ambiental, como uma ferramenta de construção da superação das degradações ambientais em massa, ou as construções que caminhem em seu sentido, com práticas feministas atreladas de forma homogênea.

O diálogo teórico acerca de feminismo e justiça ambiental se aproxima a partir da visão feminista da MMM, que expande o entendimento das dinâmicas de opressão e aponta alternativas objetivas aos desafios contemporâneos. Conforme afirma a antropóloga Yayo Herrero (2020, p.19), “[...] poderia existir uma sociedade que se ajustasse aos limites do planeta, que reduzisse seu consumo e sua geração de resíduos e que, no entanto, continuasse baseada em relações de subordinação patriarcal.” Refletir sobre estas relações contribui na orientação desta subseção.

Recorre-se a fala da M3 ao discorrer sobre a Justiça Ambiental, destacando que “[...] foi proposta pelo movimento negro estadunidense falando desse olhar sobre o território e de ver onde eram instalados os rejeitos do capitalismo, onde estava os lixões se eram perto de comunidade negras, onde eram os gasodutos atravessando os territórios indígenas” (M3, 2024). Relaciona-se este recorte com as marcas impressas pelo racismo estrutural abordado pelas geógrafas Marques, Viera e Bezerra (2025), entende-se que, estas afirmações evidenciam as construções contra a destruição e desvalorização dos saberes e conhecimentos da população em relação à natureza.

Entende-se como necessária a intersecção do debate ambiental e feminista sob o olhar da construção de possibilidades. Neste sentido, aponta-se o mote usado por diversos movimentos

feministas e ambientais que afirmam que “Sem Feminismo Não Há Agroecologia”. Cita-se também, a M1 que expõe que a MMM também ter uma

[...] formação política dentro da ação naquilo que chamamos de formação política feminista que está diretamente relacionada com o meio ambiente. Quero apenas modificar um slogan para o nosso caso: posso dizer que o ambientalismo sem uma perspectiva feminista popular é jardinagem. É por isso que precisa de uma perspectiva feminista e, para a Marcha, o ambientalismo é muito intrínseco porque nos consideramos natureza (M1, 2024, tradução nossa).

Relaciona-se ainda, com a entrevistada M3, que ao falar sobre as questões que cerceiam a temática desta seção (justiça ambiental e feminismo) retoma o Ecofeminismo (porém, não será aprofundado acerca desta corrente feminista). Por mais que haja a possibilidade de aproximação da temática desta seção, optou-se por não usar este termo no decorrer do trabalho. M3 (2024) aponta que quando chegou este debate ao Brasil (na década de 1990), o ecofeminismo estava muito atrelado ao que se chamava de feminismo da diferença, porém carregava consigo a ideia de “positivar uma relação especial das mulheres com a natureza pelo fato de podermos reproduzir/parir...” (M3, 2024). Porém, entende-se que não é neste sentido que as mulheres estabelecem relações com a natureza. Destaca ainda, que

[...] Na época se criticou bastante disso, sobre essa visão essencialista, e outras faziam críticas de como isso era instrumentalizado pelo sistema. Era um processo de idealização e responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico dos cuidados de uma forma expandida. Tipo, da casa para o mundo, e como isso era funcional ao grau de destruição tão grande e as mulheres eram responsabilizadas e convocadas... Tem essa linha e tem um monte de crítica em relação a isso (M3, 2024).

Percebe-se que há a tentativa de relacionar a opressão vivida pelas mulheres por meio dos cuidados de algo tão grande e plural como a natureza. Relaciona-se sobre a desvalorização dos saberes e conhecimentos das populações com a natureza, do mesmo modo que se desvaloriza os saberes das mulheres em relação aos seus corpos. Ambos os processos podem ser aproximados com o defendido por Silvia Federici em sua obra “Calibã e a Bruxa” (2017), que aponta o processo histórico da separação das pessoas, principalmente as mulheres, da natureza; para além do debate interseccional abordando questões raciais. Essas questões são abordadas de forma central ou transversal dentro dos debates sobre Justiça Ambiental.

Sendo assim, observa-se a relação íntima entre as questões ambientais e o feminismo, entendendo que “lutar por justiça ambiental é defender a natureza e todas as pessoas que vivem

nela" (Capire, 2024, s/p). A MMM (2019, p. 17) destaca que “[...] para modificar as relações, é preciso que a agroecologia se some na luta feminista para alterar a divisão sexual do trabalho, valorizando e reconhecendo as atividades produtivas e reprodutivas das mulheres”.

Na aproximação da Justiça Ambiental e o Feminismo se constrói o entendimento da abordagem holística do espaço, citando a Silva que relaciona a

[...] abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico (Silva, 2003, p. 33).

Também se relaciona com outras temáticas transversais como as relações entre os poderes públicos, o modelo econômico vigente, o analfabetismo ecológico, o bem-estar e bem viver; e negar essas questões é negar o ritmo natural da natureza que é consequência de um longo e complexo processo desenvolvido por bilhões de anos e não podem ser regulados pela tecnociência (Herrero, 2020, p. 20). Neste sentido, para a especialista em meio ambiente María Novo (2020), nós, seres humanos, somos parte da natureza e não dominadoras dela, pois somos seres ecodependentes.

A MMM (2023, n. p.) expõe a necessidade de haver um Feminismo Popular para defender a natureza. Entende-se que não basta abordar a Justiça Ambiental, o Feminismo ou a Educação de modo isolado sem os integrar. A construção de uma Educação Feminista Popular e pautada pela defesa da Natureza perpassa pelo questionamento dos modos e tempos de vida impostos pelo capitalismo que atinge as mulheres. Ou seja, há a necessidade de inserir o feminismo nas práticas de construção do futuro em harmonia com a natureza e os povos. Sendo assim, Novo (2020) coloca como urgente o olhar individual e coletivo, da vida pessoal e social, para construir e elaborar soluções às relações agressivas com a natureza e que nos desligam do entendimento de haver uma desassociação do “todo”.

Neste sentido, a educação se coloca como ferramenta, integrando o debate de Justiça Ambiental e o Feminismo promovendo práticas para a construção de uma sociedade mais equitativa e sustentável. Não se assume um olhar romântico sob essas temáticas, porém ainda sim, esperançoso com a possibilidade de construção de novas práticas e relações com a natureza. Entender a intersecção destes debates e como as desigualdades sistêmicas afetam as vidas das mulheres em contextos de vulnerabilidade socioambiental, se fazem importantes neste processo.

3.3 – Mulheres em Movimento: A Marcha Mundial das Mulheres

A MMM é um movimento feminista internacional, presente em mais de 60 territórios (entendendo países e territórios em disputa) ao redor do mundo (SOF, 2024). As movimentações que inspiraram a sua construção se deram em 1995, em Quebec, no Canadá, em um movimento que contou com 850 mulheres que “marcharam por 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”” (MMM, 2024e). Estas mulheres contataram organizações ao redor do mundo, construindo uma aliança feminista para apresentar uma proposta de campanha global. No Brasil, o primeiro contato se deu com as integrantes da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT), em que foi discutido as representações brasileiras para

O primeiro encontro internacional da MMM, que aconteceu em 1998, em Quebec, e teve a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios. Nesse encontro foi elaborada uma plataforma com 17 reivindicações para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres. E ali foi convocada a Marcha Mundial das Mulheres como uma grande campanha a ser desenvolvida ao longo do ano 2000. (MMM, 2024e)

A MMM nasceu oficialmente em 2000, como uma grande campanha a ser desenvolvida ao longo daquele ano, e então, se consolidando como um movimento de mulheres internacional. “A ação mobilizou milhares de grupos de mulheres em mais de 150 países e territórios, em atividades de educação popular e manifestações públicas de apoio às 17 reivindicações mundiais.” (MMM, 2024e). No Brasil, houve manifestações centrais para a consolidação da MMM, como a Marcha das Margaridas, que foi uma grande manifestação proposta pelas integrantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); este nome surge como forma de manter viva a luta de Margarida Alves, grande referência na luta das mulheres rurais.

Um dos pilares de construção e orientação da MMM é a autonomia das mulheres nos espaços e a integração entre as mulheres rurais e urbanas (entendendo neste sentido as mulheres camponesas, ribeirinhas, pescadoras, das florestas, dos quilombos, estudantes, trabalhadoras etc.), construindo alianças com outros movimentos sociais. A MMM ocupa diversos espaços, construindo um mundo em que as mulheres sejam livres, a partir disso seguem o lema que está presente nos seus materiais impressos, digitais e audiovisuais: “Seguiremos em Marcha, até que todas sejamos Livres!”. Seguindo seu lema e integrando espaços em aliança com outros movimentos, a MMM tem como parceira alguns importantes movimentos sociais, alguns destes

são: Amigas da Terra Brasil (ATBr), Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (MTST), Via Campesina, Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE), entre tantos outros ao redor do mundo.

No site² oficial da MMM é possível obter seu histórico de construção e ações no Brasil e no mundo. Encontra-se seções que abordam os Campos de Atuação (Autonomia econômica das mulheres; bem comum e serviços públicos; Paz e desmilitarização; Fim da violência contra as mulheres), Ações Internacionais, Alianças, Notas e posicionamentos, Notícias, Publicações, Intervenções, Multimídias (artes, fotos e vídeos) e os Contatos. Nas suas redes oficiais a MMM (no Brasil e em outros países) assume uma linguagem de comunicação fácil e sempre em 4 idiomas diferentes, estes são: português, francês, espanhol e inglês; assumindo o compromisso de disseminação de informação para o maior número de mulheres.

Atualmente, a MMM está presente em 20 estados brasileiros, atuando em todas as regiões do país. O movimento se organiza em núcleos, e cada um possui autonomia para a construção de atividades e formulações que façam sentido de acordo com a realidade vivida pelas mulheres daquela região. Dentro do seu modo de organização também há os Encontros Nacionais (EN), que ocorrem esporadicamente, de acordo com as necessidades de cada conjuntura. Além disso, as Ações Internacionais, que têm como objetivo a construção coletiva e internacional das práticas adotadas pelo movimento, alinhando as análises de conjuntura e ações de cada território com o restante do mundo. A partir de Neuzeli Pinto e Maria Ferreira (2025), aponta-se que as perspectivas de fortalecimento de mulheres organizadas em coletivos, por meio da construção de redes de apoio sociais, possibilitam o acesso destas em diversos espaços e contextos.

Quanto a vertente específica que a MMM segue, recorreu-se a entrevista com a M3 (utilizará M3 para referenciar a esta entrevistada), que define o feminismo da MMM como:

[...] Sobre sua pergunta de linha de feminismo e vertentes que a marcha segue, não existe uma linha pronta e falamos “somos dessa linha”... Acho que a marcha tem alguns princípios que organiza a superação do sistema capitalista, patriarcal e racista, e que trabalha a questão de classe, gênero e raça de maneira integrada. Então, temos uma posição de que as mulheres trabalhadoras são os sujeitos políticos do nosso movimento, que dá seu sentido político e tal. Mas isso vai sendo construído dando resposta aos desafios das conjunturas. (M3, 2024)

² Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>. Acesso em: 20 jun 2024.

A partir das demandas da MMM, que são distintas das definições estabelecidas pelo meio acadêmico, as definições de feminismos em si não são estabelecidas. Sendo assim, entende-se que não há a definição de uma vertente feminista delimitada, mas sim, é assumido elementos centrais em diferentes frentes e lutas que atravessam a vida das mulheres, tendenciando a algumas práticas do feminismo interseccional. Porém, não é limitado a esta vertente, mas sim se debruça em alguns pontos desta e de outras lutas transversais. Entende-se também que por ser um Movimento Feminista Internacional, estando presente em diversos países e territórios, as suas definições podem ser voláteis de acordo com as demandas e sentidos atribuídos em cada local. O feminismo vivido pelas mulheres no Quênia é diferente do feminismo vivido pelas mulheres do Brasil, assim como, o vivido pelas mulheres da França ou da Venezuela.

Conforme o debatido, percebe-se que nem a educação, nem o feminismo e nem os debates sobre as relações com a natureza se colocam como soluções inteiras e isoladas para a superação da degradação ambiental e desigualdades sociais desenfreadas. Ambas precisam ser praticadas de forma integrada, valorizando e resgatando as memórias ancestrais, tanto nos espaços de educação formal, quanto na vida cotidiana abrangendo espaços coletivos e individuais.

Para Gil (2015, p. 112), a MMM “educa para outro mundo possível, livre do machismo, homo e lesbofobia”. Recorre-se também a M1, relacionando com o aprendizado construído por meio das vivências com as mulheres dos povos tradicionais das américas, apontando possibilidade por meio do resgate dos conhecimentos ancestrais:

[...] aprendemos muito com as mulheres indígenas americanas e sua relação com a natureza, qual é a conexão entre corpo e território, então temos corpo-território e terra-território, então isso é algo que conecta, defende nossos corpos e nossos territórios. Então isso é algo que aprendemos com os movimentos indígenas americanos durante a escola da organização feminista, então não podemos separar o meio ambiente, ou talvez a natureza, das nossas lutas. (M1, 2024, tradução nossa).

Neste sentido, inicia-se este debate com a Pedagogia Feminista da MMM. A professora doutora Vanessa Gil aborda sob a ótica das Pedagogias Decoloniais, afirmando que está pode ou não ser feministas, entendendo que seu compromisso se pauta por dar voz aos silenciados, mas não impreterivelmente com base no feminismo (2021, p.113).

Busca-se aproximar essas relações dentro do contexto educacional formal com as lacunas da integração das pautas feministas, porém, dentro de uma perspectiva “não-formal” de educação, essas relações podem se desenhar de outras múltiplas formas. Relaciona-se então, a visão de Novo (2020) acerca da relação do feminismo com a natureza e os territórios, afirmando que:

A dimensão ecológica e a dimensão feminista são essenciais para transformar a concepção e gestão do território e reorganizar os tempos das pessoas. Sem elas, é quase impossível projetar um modelo compatível com a biosfera e que ofereça respostas às diferentes formas de desigualdade. Ambas as abordagens defendem uma produção vinculada à manutenção da vida e um modelo de organização econômica que coloque a vida no centro” (Novo, 2020, s/p).

A partir dessa afirmativa podemos entender quão urgente se faz um projeto, pautado pela educação, que coloque a vida no centro. Entende-se como uma possibilidade na Educação Não-Formal e Feminista que já está em curso em diversos territórios, como exemplo citado por M3 em um bairro de Porto Alegre (RS), no

[...] Morro da Cruz, no Rio Grande do Sul, elas já estavam meio presentes lá e começaram a fazer a horta e ela ganhou uma dimensão gigante junto com a ação de alimentos junto na pandemia. Na pandemia, a gente foi realmente “obrigada” a ter mais práticas de solidariedade direta e politizar essas práticas, entender o que estava acontecendo. O politizar não é simplesmente uma coisa de fazer “a quando a gente distribui cestas básicas a gente faz uma conversa sobre feminismo”, não é só isso. Acho que é conseguirmos ter práticas diferentes de lidar com a resposta ao que a gente precisa pra viver, que é: comer. (M3, 2024).

Ao relacionar com as práticas alimentares, entra-se em outro campo de debates que também cerceia a vida das mulheres, porém, não se pretende aprofundar o debate acerca dessa temática, mesmo entendendo sua relevância. Sendo assim, estas experiências vencem as necessidades particulares desses lugares, por mais que sejam ações pequenas e locais, e não se coloquem de forma global, ainda constroem a disputa de narrativas para as possibilidades de superação dessas relações centradas no pensamento humanidade-natureza, propondo a visão da pedagogia na temática ambiental (Novo, 2020, s/p).

De acordo com a Stefania Gorski e Cadidja Coutinho (2024, p.), a “EA não deve se limitar a ser apenas uma teoria ou uma política, ela deve ser uma prática efetiva, materializando-se na realidade”. Sendo assim, traduzir essas práticas feministas de acordo com a realidade vivida pelas mulheres em cada local, se faz necessário para haver de fato a prática de uma EA feminista que faça sentido. Neste movimento transformador de construir e reconstruir a forma de ser mulher e resistir ao capitalismo, machismo, racismo, entre outros, a MMM constrói práticas a partir de quatro áreas de ação. Ou seja, dentro da atuação feminista, anticapitalista, antirracista e pautada pela defesa da natureza, da MMM, afirma-se que há a construção de práticas que podem ser traduzidas como: Educação Ambiental Não-Formal pautadas essencialmente por uma Pedagogia Feminista e Decolonial.

A MMM articula suas práticas com “metodologias de educação popular, perseguindo o objetivo de contribuir para a formação de militantes que sejam também educadoras e organizadoras do feminismo popular em seus países e territórios” (MMM, 2022, p. 5). Destaca-se, também, que na perspectiva feminista das ações educacionais, a MMM entende a educação popular como integradora da perspectiva feminista e decolonial. Mais precisamente, a “*educação popular parte de uma visão oposta à da educação tradicional, que nos vê como recipientes de conteúdo*” (MMM, 2022, p. 7). Sendo assim, relaciona-se o olhar decolonial para a educação, na perspectiva tanto da Gil (2021) quanto da MMM nos processos analisados, neste trabalho pretendido.

Retoma-se novamente a Gil (2021), que afirma a necessidade de construir uma outra forma de fazer ciência, que seja pensada por e para as mulheres, “porque no sistema mundo global todas as instituições, estado-nação, família burguesa, empresa, e racionalidade eurocêntrica, estão organizadas na mesma lógica do patriarcado” (2021, p. 34). Relaciona-se com a M3, que afirma que “tudo que a gente faz pensando em outras formas com a natureza é educação ambiental” (M3, 2024). Sendo assim, afirma-se a necessidade de criar processos a partir da educação feminista que possibilitem as mulheres de resgatarem “suas memórias de relação com a natureza e constroem uma avaliação crítica sobre como elas estão vivendo agora e o que é possível fazer para transformar o mundo” (M3, 2024), entendendo que há a necessidade de construir uma outra educação, contra hegemônica, feminista e que pautar o processo de construção de um novo mundo possível.

4 – Lutar e sonhar como Nalu Faria - o 3º Encontro Nacional da MMM de 2024

Os Encontros Nacionais (EN) são momentos importantes de reflexão, síntese das ações realizadas, formulação e fortalecimento para o movimento, em que mulheres de todos os estados (que há a presença da MMM) se reúnem para aprofundar os debates e formular os próximos passos que o movimento irá assumir, de acordo com a análise de conjuntura construída nos próprios encontros (MMM, 2024c, s/p). Em especial neste encontro, realizou-se a coleta de dados.

O EN de 2024 tem como nome “Nalu Faria” (MMM, 2024d, s/p), marchante que é referência importante e que faleceu em 2024. Ela foi uma das mulheres pioneiras da MMM, tanto no Brasil quanto no mundo (Tornquist e Fleischer, 2012) e é uma referência importante para todas as mulheres que constroem o movimento em diversos países.

Os encontros nacionais da MMM são importantes para debater e aprofundar os campos de ação do movimento frente aos desafios da conjuntura, como nas edições anteriores: o debate do salário-mínimo, a soberania alimentar, luta antirracista, por corpos e sexualidades livres, educação não sexista, além da solidariedade feminista internacional entre os povos. (MMM, 2024d, s/p)

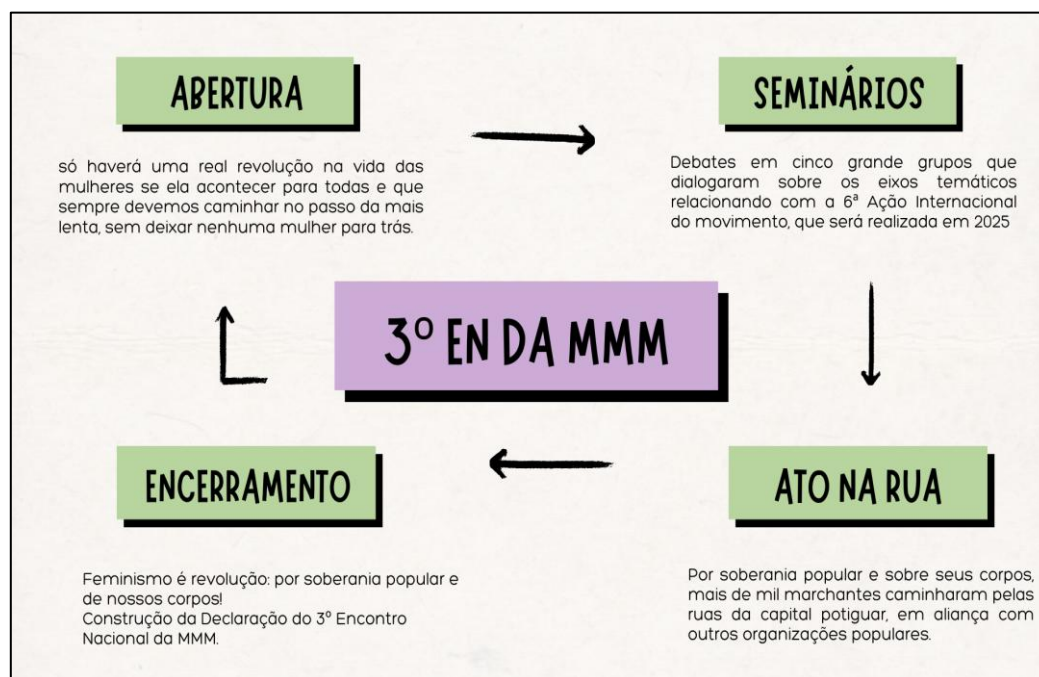
Os outros dois EN aconteceram respectivamente em Minas Gerais – Belo Horizonte, em 2006 e em São Paulo – Capital, em 2013. O terceiro encontro, que aconteceu em 2024, foi em Rio Grande do Norte – Natal, dos dias 06 a 09 de julho. E neste encontro “[...] o movimento busca alternativas para pensar um novo panorama e retomar o debate sobre estratégias diante de uma ofensiva conservadora que se apresenta em crescimento no Brasil e no mundo.” (MMM, 2024d, s/p).

A MMM também afirma que “Discutir os rumos do movimento e das suas formas de organização também é necessário para um resgate coletivo da história da Marcha, que nasceu no ano 2000 com o intuito de construir um feminismo popular e antissistêmico.” (MMM, 2024d, s/p). Com isso, entende-se como importante a observação do EN dentro da pesquisa, como um espaço de construção de paradigmas acerca das formas que o movimento formula suas práticas pedagógicas e de enfrentamento as mega explorações a natureza; frente às necessidades de cada território em que a MMM é atuante, como a relação com os estados e do Brasil como um todo.

No site oficial da MMM houve reportagens diárias durante o encontro, com a condensação dos assuntos debatidos e atividades construídas, a fim de levar a síntese dos espaços para as demais mulheres do movimento que não puderam se fazer presentes em Natal/RN. Dentre os assuntos abordados no site, foi fortemente falado sobre a memória e presença de Nalu Faria “militante histórica da Marcha no Brasil e no mundo, esteve presente do início ao fim da abertura e seu legado inspira a todas a seguirem construindo o feminismo antipatriarcal, anticapitalista e antirracista.” (MMM, 2024b, s/p).

Destacam-se quatro momentos do 3º EN publicados no site oficial da MMM, como importante para a sistematização das práticas feminista: a abertura, os seminários, o ato político e o encerramento. Dá-se destaque aos seminários, entendendo-os como importantes momentos de socialização e formulação da MMM no 3º EN (MMM, 2024f). Optou-se pela sistematização abaixo para expressar o recorte e conexão destes quatro momentos que serão aprofundados no decorrer da pesquisa.

Figura 01 - Sistematização do 3º EN



Fonte: Organização Própria (2024)

Dentro da Figura 01 os momentos destacados como “chave” para a concepção inicial da construção das práticas feministas consolidadas pelo movimento, se interligam pelas ações do micro (atividades nos territórios) ao macro (ações internacionais interligadas). Conforme a pequena descrição em cada ponto, pode-se observar que as formas de organização interna da MMM, a relação com outros movimentos e as formas de pensar a construção dos conhecimentos se pautam pelo feminismo e pela coletividade.

4.1 – “Somos um movimento transformador” – Observações e Relatos

A partir da observação ativa, foi possível entender a forma de organização dos estados que possuem a MMM atuante. Houve diversas formas de integração entre os estados e com representantes de outros países, de forma direta dentro do EN e de modo paralelo. Relatos de experiências em Grupos de Trabalho (GTs), Seminários Temáticos com assuntos guarda-chuva que abrangem os diferentes assuntos que a MMM atua, Painéis de Debates com convidadas, Intervenções Culturais e um Feira Feminista foram os espaços e ações que moldaram o EN. Algo que se mostra presente em todo o EN são as correlações entre as ações territoriais e as ações internacionais, conectando as lutas das mulheres de diversos lugares do mundo, como

também das diferentes regiões do Brasil. Na contribuição de uma das marchantes de outros países, que se fez presente no 3º EN, foi pontuado

[...] sobre as novas roupagens do colonialismo, em nível global, e sobre os avanços da extrema direita, que promove a misoginia e a lesbofobia, e a provoca o avanço da destruição da natureza, como é possível ver na aceleração das mudanças climáticas. Tudo isso demanda que os movimentos elaborem novas respostas para as crises e construam alternativas concretas a esse modelo predatório. Essa elaboração deve ser coletiva, feita em aliança com outras organizações anticapitalistas, e tem incidência nos níveis local, regional e internacional (MMM, 2024^a, s/p).

Percebe-se que há conexão não apenas do local com o global, mas também nas dinâmicas de poder sobre a orientação sexual, economia e com a natureza. Para além disso, pode-se observar durante o EN que, para as mulheres da MMM, há a necessidade de reivindicação e demonstração de alegria como forma de resistência das mulheres frente ao avanço das diferentes formas de opressão.

Por fim, a partir das observações do 3º EN, se torna nítido as formas particulares da MMM de troca, em que os saberes, desejos, anseios, conhecimentos, vivências e expectativas das mulheres são compartilhados e acolhidos em coletivo. O cuidado coletivo e apoio entre as mulheres é evidente. Porém, indo além da partilha de vivências e acolhimento, são organizados os próximos passos do movimento de forma coletiva e com a participação de todas presentes, com uma visão estratégica e alinhada às realidades de cada núcleo da MMM, de Norte a Sul do país, como acontece em outros países e regiões do mundo.

5 – Construindo um Farol Feminista Revolucionário – O Inventário de Práticas

“Mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento” (MMM, s/d)³ é uma frase construída a partir da perspectiva feminista da MMM, em que aproximamos com as ações feministas pautadas por uma “outra” educação ambiental, sendo ela: com cara de e para as mulheres. Estas ações estão em curso dentro do presente e do horizonte futuro do movimento.

5.1 – A teia feminista internacional – Um olhar para o mundo

A partir da construção de uma lente feminista retoma-se a concepção de que “tudo que a gente faz pensando em outras formas com a natureza é educação ambiental” (M3, 2024), relacionando

³ Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos/>>. Acesso em: 21 de abril de 2024.

com um olhar da pedagogia decolonial. Então, atrelar as construções de uma nova forma de se relacionar com o mundo – entendendo que somos natureza – a partir do que faz sentido para as mulheres, apresenta-se como uma nova concepção de Educação Ambiental, a EA Feminista.

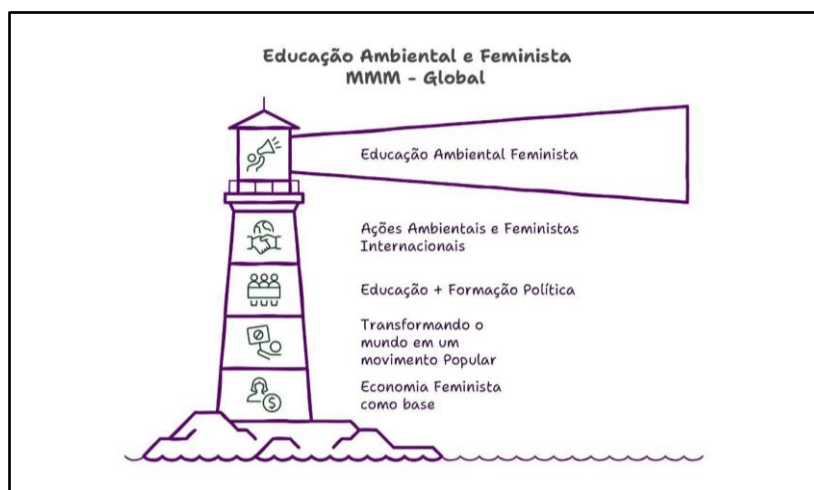
Com isso, retoma-se a fala da M1:

Nalu Faria é quem formula a Economia Feminista. Na Economia Feminista nos autodenominamos humanos, ecodependentes e interdependentes. Então somos interdependentes, dependemos uns dos outros desde a infância até a morte, até a doença, em todos os períodos da nossa vida dependemos uns nos outros, e somos ecodependentes porque somos natureza, não podemos existir sem natureza. Se destruímos a natureza, destruímos a vida, e também defendemos a vida no planeta, toda a vida no planeta. Nosso ponto principal, tentamos transformar o mundo para sustentar a vida no planeta, como um todo, contra os ataques do capital. Então defendemos a vida contra o capital. (M1, 2024, tradução nossa)

Em uma perspectiva a nível global, por meio da entrevista com a M1, é possível identificar que as ações da MMM são orientadas por um Economia Feminista, que se relaciona com “Ações Ambientais” e “Educação”. Ou seja, há processos de cunho educacional de formação política que se baseiam em uma visão de ecodependência dos seres humanos com a natureza.

Sendo assim, estas ações não foram citadas de formas pontuais, mas sim em um sentido de parâmetro geral das ações que envolvam educação e a luta ambiental internacional, e que há de diferentes formas em diferentes países. A síntese que se apresenta a partir da entrevista com a M1, é a presente na Figura 02.

Figura 02 – Sistematização a partir da M1



Fonte: Organização Própria (2024).

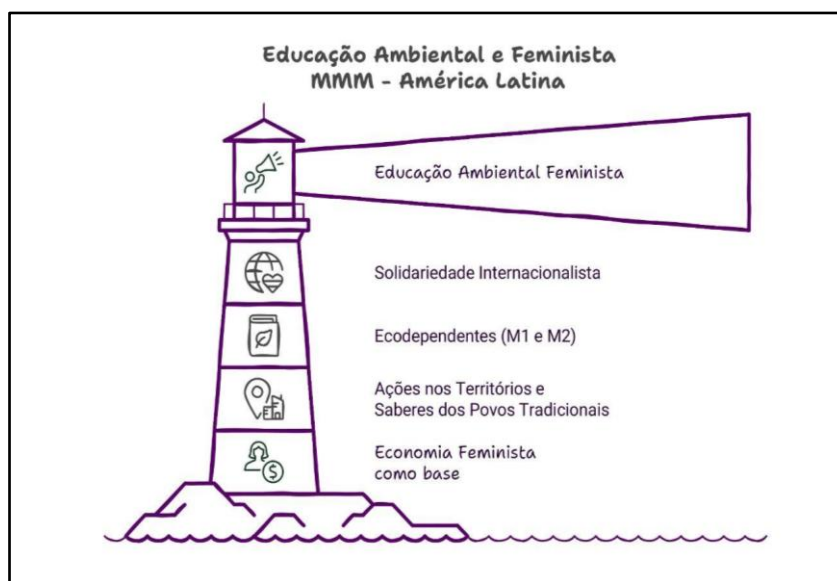
Percebe-se que há uma ligação consistente entre as ações a nível local e a nível global organizadas pela MMM. O intercâmbio entre as mulheres de diferentes regiões do mundo contribui na formulação do conhecimento, atribuindo seus sentidos, saberes, realidades, tradições e culturas. A nível global, para a MMM, as mulheres e os conhecimentos dos povos tradicionais estão no centro dos debates e na construção de horizontes para um outro mundo possível.

5.2 – A teia feminista latinoamericana - Construção de “*cambios*” e saberes

Para esta subseção, resgata-se Gil (2021) novamente, a doutora destaca que autoras e autores analisam como a colonialidade, originada do colonialismo violento e histórico, persiste nos processos sociais e políticos atuais, mesmo após a independência das colônias; essa colonialidade atua em três dimensões: poder, saber e ser. A MMM assume um carácter decolonial, procurando por práticas que rompam com a colonialidade através da interculturalidade crítica. O movimento se inspira em como as mulheres do Sul Global constroem autonomia e politizam suas ações baseadas em teorias também advindas do Sul Global. O Sul Global é descrito como os países e territórios que o Norte Global classifica como "subdesenvolvidos" (Gil, 2021). Sendo assim, a síntese que se apresenta a partir da entrevista com a M2, é a presente na Figura 03.

Na perspectiva latinoamericana e caribenha, as relações entre as mulheres se dão de formas diferentes. A cultura latina nos condiciona a um olhar decolonial às construções de conhecimento, perpassando diversas outras questões e processos históricos que as mulheres do mundo ocidental não vivenciaram. Aqui não se ignora as particularidades das outras regiões do globo, mas assume-se o recorte e olhar para a América Latina e Caribe. Com isso, percebe-se que o relatado pela M2 está alinhado com o que a M1 também pontuou, em relação a Economia Feminista ser a base das construções do movimento e consequentemente orientam as ações de construção de conhecimento feminista e EA.

Figura 03 - Sistematização a partir da M2



Fonte: Organização Própria (2024).

5.3 – A teia feminista brasileira - de Norte a Sul do Brasil as mulheres lutam e sonham como Nalu Faria

A decolonialidade⁴ na perspectiva latino-americana, agora com foco nas experiências no Brasil, manifesta-se como uma abordagem indispensável para refletir as relações econômicas, educativas, sociais e ambientais frente às desigualdades históricas herdadas do colonialismo. "Portanto, há a necessidade de uma mudança em relação à epistemologia dominante para dar conta da realidade das mulheres" (Gil, 2021, p. 28), sendo assim, no contexto das ações da MMM esse olhar é especial para conectar os movimentos, como também a valorização de saberes locais e a construção de alternativas frente às heranças coloniais. Tendo em vista isso, a síntese que se apresenta a partir da entrevista com a M3, é expressa na Figura 04.

⁴ A decolonialidade, é um campo de pesquisa que questiona e supera as limitações do pensamento dominante eurocêntrico e capitalista. Propondo uma abordagem que combina o materialismo histórico-dialético com perspectivas feministas e antirracistas, buscando superar a exclusão das mulheres da história e da ciência (Gil, 2021).

Figura 04 - Sistematização a partir da M3



Fonte: Organização Própria (2024).

Na perspectiva brasileira a MMM como um movimento feminista com práticas decoloniais articulam uma *práxis* que visa superar o patriarcado, o racismo, a LGBTfobia e a exploração da natureza. A MMM propõe uma educação crítica que valorize os saberes das mulheres e dos povos tradicionais, como também as diversidades naturais, as culturas e que enfrente as desigualdades sociais. Nesta perspectiva decolonial, resgata-se as práticas da MMM, que "cria processos em que as mulheres possam resgatar suas memórias de relação com a natureza e constroem uma avaliação crítica sobre como elas estão vivendo agora e o que é possível fazer para transformar o mundo" (M3, 2024); entende-se está como uma prática decolonial.

Essas ações incluem o fortalecimento de redes de apoio feminista, a luta pela soberania alimentar, a preservação de territórios e a promoção de relações sociais mais igualitárias, reafirmando a importância de práticas feministas que rompam com as hierarquias impostas pelo sistema capitalista, machista, racista, LGBTfóbico e colonial que está presente em todo o globo. Relacionando com as ações de EA Feminista, recorre-se a um relato da M3 sobre as heranças coloniais e as formas de organização da cidade e a negação do contato a natureza. Ela relata que houve uma oficina realizada em uma horta urbana apoiada pela MMM, na zona Leste de São Paulo, em que as mulheres

[...] tinham percebido que a partir da nossa pergunta inicial, uma jovem falou que ela se deu conta que quando ela saía do bairro dela e ia pra bairro de classe alta em São

Paulo era arborizado e no bairro dela (periférico) não tinha nada. Ou seja, há uma negação do verde na periferia. Para mim isso foi um processo de educação ambiental, onde se percebe a negação da natureza pro povo pobre e trabalhador (M3, 2024).

O olhar para as mulheres trabalhadoras e periféricas, conforme M3 relata por meio da oficina realizada pela MMM expressa a potência da EA Feminista nos territórios e na vida das mulheres.

5.4 – O Farol Feminista - A Educação Ambiental Feminista

Por fim, reflete-se que, após toda a exposição apresentada neste trabalho, é imprescindível unir os olhares apresentados por meio das entrevistas: o Global, a América Latina e Caribe e o Brasil. Entende-se que conceber sobre uma Educação Ambiental Feminista é quase obrigatório (na perspectiva da MMM) haver uma visão integrada do que se sabe: saberes das mulheres e dos povos tradicionais; e onde se quer chegar: na construção de um novo mundo possível.

A Figura 05 apresenta-se como uma síntese das Figuras anteriores, a partir das entrevistas. Assume-se essa transcrição em formato de figura, entendendo as possibilidades dispostas por meio da metodologia de ATD. Destaca-se as frases dispostas na sistematização, a fim de um melhor entendimento. Fazendo alusão a luz de um farol, guiando o sentido das ações feministas está descrito: Construção de conhecimento, baseado nos saberes das mulheres e dos povos tradicionais, sobre outras formas de se relacionar com a natureza, é Educação Ambiental Feminista.

Quanto ao que constitui o “corpo” desse farol e que sustenta a sua luz, se descreve ao topo: os conhecimentos das mulheres e dos povos tradicionais. Quanto ao segundo elemento que constitui o farol, está presente: os debates sobre a emergência climática que já acontece no mundo capitalista e patriarcal. Por fim, na base do farol, há: Formação política - A MMM educa para a construção de outro mundo possível. Entendendo que a base das ações feministas da MMM e consequentemente a Educação Ambiental Feminista do movimento.

Figura 05 - Sistematização Geral



Fonte: Organização Própria (2024).

6 – Considerações Finais - A Educação Ambiental Feminista na MMM

Inicialmente se destaca o carácter indissociável da Educação na perspectiva decolonial dentro da Marcha Mundial das Mulheres; tanto no sentido de educação formal ou não-formal, em instituições formais de ensino ou em movimentos populares e nos territórios, como na vida cotidiana das mulheres. Estas relações pensadas a partir da decolonialidade, na perspectiva da MMM, se constrói de muitas formas, mas sempre articuladas com os sentidos e significados a partir das regiões do globo e os territórios.

O segundo ponto a ser destacado é sobre a base das ações feministas se constituírem com a construção de uma nova Economia, sendo feminista. Este pressuposto é abordado por M1 e M2 em suas falas de forma direta e integrada a outras ações, mas também sendo citado por M3 de forma transversal. Sendo assim, entende-se que pensar em outras formas de economia pautada pela vida das mulheres é imprescindível, pois “o único jeito da gente sair dessa crise ambiental climática é superando o capitalismo, o patriarcado e o colonialismo de uma vez só” (M3, 2024). Ou seja, as ações se constroem a partir de um só movimento, com a base na economia feminista e visando uma outra estrutura de relação entre os seres e toda a natureza.

Por fim, o terceiro ponto que se destaca, é a integração dos dois pontos acima citados com a inserção do pensamento holístico sobre o mundo, indo de encontro com o exposto no Dicionário Paulo Freire (2010, n.p.), em que a Ecologia deve adotar uma visão holística do mundo,

entendendo que não pode haver divisão entre seres humanos e natureza. Sendo assim, uma visão ecodependente, e que é expressa nas falas das três entrevistadas. Aponta-se que não há apenas uma simples integração, o que está em curso na MMM é a construção de uma outra forma, sólida, perspicaz e coerente, de nos relacionarmos enquanto seres vivos em uma mesma casa - o mundo.

Relaciona-se também, com a necessidade de uma perspectiva feminista na produção do espaço e que requer atenção ao cotidiano e as necessidades marginalizadas, sendo temáticas historicamente desvalorizadas na análise geográfica (Silva, 2003). Então, colocá-las no centro de debates (e que cerceiam a vida das mulheres) que são extremamente relevantes e que carregam potencial de modificar a vida das mulheres em nível local ao global; é assumir que há a possibilidade de construção de um outro olhar pro cotidiano partindo das mulheres em seus diferentes espaços de vivência. Conforme a M3 (2024) afirma que as “mulheres trabalhadoras são as protagonistas do movimento, elas que vão dando a pauta”.

Sendo assim, a partir da lente feminista, atrelando as construções de uma nova forma de se relacionar com nós mesmas - entendendo que somos parte da natureza - , aborda-se os seguintes tópicos: a) entender a ecodependência como uma máxima para a concepção de outras formas de construir relações entre os seres humanos e a natureza; b) é urgente e necessária uma Economia Feminista; c) um modelo educacional pautado por perspectivas decoloniais e feministas (em sua concepção e execução), é possível; d) entender a integralização das lutas, com apoio de movimentos populares parceiros contribui nos processos de construção de um outro mundo possível; e) pautar os conhecimentos a partir dos saberes das mulheres sobre seus territórios e dos povos tradicionais. Sendo assim, apresenta-se uma nova concepção de Educação Ambiental, sendo pautada pelas ações da Marcha Mundial das Mulheres, a Educação Ambiental Feminista.

Referências

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Sem feminismo não há agroecologia – GT Mulheres da ANA**. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 4., 2018, Belo Horizonte. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2018/09/05/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-2/>. Acesso em: abr. 2024.

BATISTA, Natália Lampert. **A cartografia escolar no processo de ensino-aprendizagem: o hipermapa e sua utilização na educação ambiental**, em Quevedos/RS. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BONAVITTA, P.; PAEZ, F. M. Pensar las prácticas educativas desde una perspectiva feminista. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 8, n. 1, 2019. DOI: 10.35819/tear.v8.n1.a3403. Disponível em:

<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3403>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CAPIRE. **Justiça ambiental**. Disponível em: <https://capiremov.org/tag/justica-ambiental/>. Acesso em: 31 out. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 65. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GIL, Vanessa Nesbada da Silva. **Pedagogia feminista decolonial: decolonialidade e práticas pedagógicas feministas na Marcha Mundial das Mulheres**. 2021. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

GIL, Vanessa Nesbada da Silva. **Mulheres em movimento mudam o mundo: educativo na Marcha Mundial das Mulheres**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GORSKI, Stefania da Silva; COUTINHO, Cadidja. Observação, expressão e vivência na/com a natureza: uma história para adiar o fim do mundo. **Criar Educação**, Criciúma, v. 13, n. 3, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/8452/7183>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ISLA, Ana et al. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

JUNGUES, José Roque. **(Bio)ética ambiental**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Feminismo em movimento: caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2019.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **3º Encontro Nacional da MMM discute 6ª ação internacional do movimento, que será realizada em 2025**. 2024a. Disponível em:

<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/3o-encontro-nacional-da-mmm-discute-6a-acao-internacional-do-movimento-que-sera-realizada-em-2025/>. Acesso em: 20 set. 2024.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Abertura interna do 3º Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres saúda a memória de Nalu Faria e dá início aos debates do evento.** 2024b. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/abertura-interna-do-3o-encontro-nacional-da-marcha-mundial-das-mulheres-sauda-a-memoria-de-nalu-faria-e-da-inicio-aos-debates-do-evento/>. Acesso em: 2 set. 2024.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Feministas de todo o Brasil marcham pelas ruas de Natal na luta por soberania popular e sobre os corpos das mulheres.** 2024c. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/feministas-de-todo-o-brasil-marcham-pelas-ruas-de-natal-na-luta-por-soberania-popular-e-sobre-os-corpos-das-mulheres/>. Acesso em: 11 set. 2024.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Marcha Mundial das Mulheres se prepara para reunir mil mulheres para seu 3º Encontro Nacional “Nalu Faria” no Rio Grande do Norte.** 2024d. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/marcha-mundial-das-mulheres-se-prepara-para-reunir-mil-mulheres-para-seu-3o-encontro-nacional-nalu-faria-no-rio-grande-do-norte/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Mulheres em marcha: nosso histórico.** 2024e. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>. Acesso em: jun. 2024.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Seminários temáticos discutem eixos para a ação internacional da MMM de 2025.** 2024f. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/seminarios-tematicos-discutem-eixos-para-a-acao-internacional-da-mmm-de-2025/>. Acesso em: 20 set. 2024.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Mulheres em marcha: pela natureza, territórios e soberania popular.** São Paulo: SOF, 2023. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/mulheres-em-marcha-pela-natureza-territorios-e-soberania-popular/>. Acesso em: maio 2024.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Relatório sobre a experiência da Escola Feminista Regional Berta Cáceres da Marcha Mundial das Mulheres – MMM Américas.** 2022. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/memoria-da-escola-feminista-das-americas/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento; VIEIRA, Rute; BEZERRA, Josineide da Silva. **Corpos-territórios racializados: dispositivos e marcas do racismo à luz de Sueli Carneiro. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 2, p. 138-157, 2025. DOI: 10.5212/Rlagg.v.16.i2.0007.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva.** 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

NOVO, María. **A vida cotidiana no Antropoceno.** Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, dez. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/605616-a-vida-cotidiana-no-antropoceno-artigo-de-maria-novo>. Acesso em: 28 maio 2024.

NOVO, María. **La educación ambiental: bases éticas, conceptuales y metodológicas**. Madrid: Universitas, 1995. Disponível em: http://www.comscientia-nimad.ufpr.br/2006/01/artigos/maria_novo_a_educacao_ambiental.pdf. Acesso em: 3 jun. 2024.

PINTO, Neuzeli Maria de Almeida; FERREIRA, Maria Mary. Lideranças comunitárias, trabalho, autonomia e empoderamento. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 2, p. 158-175, 2025. DOI: 10.5212/Rlagg.v.16.i2.0008.

RUSCHEINSKY, A.; BORTOLOZZI, A. Educação ambiental e alguns aportes metodológicos da ecopedagogia para inovação de políticas públicas urbanas. In: **Paradigmas Metodológicos Em Educação Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 47-59.

SAVIAN, Carla Pizzuti. **Cidade das mulheres? A geografia da violência contra as mulheres em Santa Maria/RS: direito à cidade em perspectiva**. 2023. 87 f. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

SAVIAN, Carla Pizzuti; BATISTA, Natália Lampert; COSTA, Benhur Pinós. Cidade das mulheres? A geografia da violência contra as mulheres em Santa Maria/RS. **Revista Geonorte**, v. 15, n. 50, p. 48-70, 2024. DOI: 10.21170/geonorte.2024.v.15.n.50.48-70.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Marcha Mundial das Mulheres**. 2024. Disponível em: <https://www.sof.org.br/marcha-mundial-das-mulheres/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Não me chame de senhora, eu sou feminista!: posicionalidade e flexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 40, p. 11-20, 2017.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TORNQUIST, Carmen Susana; FLEISCHER, Soraya Resende. Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 291-312, 2012.